

O desenvolvimento regional conduzido pela agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha: uma síntese para a interpretação dos processos de desenvolvimento em curso

Tomás de Faria Balbino
Doutorando em Economia Regional e Urbana – Cedeplar/UFMG

Resumo

O objetivo do artigo é elaborar uma síntese para o processo de desenvolvimento regional observado no Vale do Jequitinhonha a partir do final do século XX, com foco nas estratégias de reprodução da agricultura familiar. A partir da análise histórica, da pesquisa bibliográfica e da análise de dados secundários, o trabalho propõe-se à sistematização de uma perspectiva interpretativa para os processos de desenvolvimento em curso nas últimas décadas, com vistas ao processo de urbanização extensiva, à organização política e às políticas públicas implementadas na região. Destaca-se que esse conjunto de fatores, associados aos princípios econômicos e arranjos institucionais historicamente constituídos pelo campesinato da região, criaram condições para um processo de desenvolvimento regional conduzido pela agricultura familiar e expresso pelo fenômeno de diversificação dos meios de vida desse grupo social, opondo-se ao modelo reproduzido pela modernização conservadora do campo.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, agricultura familiar, Vale do Jequitinhonha

Área Temática 4. Políticas Públicas: Gênero, raça, inclusão

Introdução

O desenvolvimento da região do Vale do Jequitinhonha é tema de disputa política há pelo menos cinquenta anos. Na esteira da extensão do tecido urbano-industrial para o meio rural e das políticas de modernização do campo, junto a uma doutrina desenvolvimentista do Estado brasileiro, a região foi definida como “Vale da Miséria” ao ser comparada, a partir de diagnósticos socioeconômicos nos anos de 1970, com regiões brasileiras industrializadas e de maior crescimento econômico. Diante disso, com subsídios e demais apoios dos governos federal e estadual, um modelo de desenvolvimento fundamentado na industrialização do campo e na exploração natural passou a ser construído na região.

No entanto, a implementação e os resultados dos programas modernizantes acenderam uma série de críticas que orientaram pesquisadores, extensionistas e agências públicas a direcionar um novo olhar para a região e sobre o paradigma que conduziu as políticas públicas de desenvolvimento. Segundo Ribeiro (1997), as políticas do período se voltaram necessariamente para os resultados econômicos, fundamentadas em uma lógica de privatização de terras comuns e supressão dos regimes de uso da terra, destinando-as à exploração econômica, especialmente a monocultura de eucalipto, no médio e alto Jequitinhonha, e a pecuária extensiva, no baixo Jequitinhonha. Para o autor, ter que escolher entre os projetos conservadores das fazendas ou a modernidade da empresa rural silenciou as possibilidades de discutir modelos de desenvolvimento a partir do domínio da terra e técnicas que existiam no local.

Portanto, contrário aos paradigmas até então hegemônicos, um novo paradigma de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha passou a ser defendido pelas organizações e movimentos que emergiram a partir das últimas décadas do século XX. Assim, as novas organizações instituíram um novo olhar sobre a pobreza e o desenvolvimento da região do Vale do Jequitinhonha, ultrapassando as limitações impostas pelos indicadores socioeconômicos, como PIB agrícola e renda per capita. Foi somente nesse período que as revisões de pesquisas e as políticas públicas passaram a compreender a dinâmica por trás da realidade da sociedade rural do Vale do Jequitinhonha, assim, propor ações que buscavam fortalecer o desenvolvimento da região a partir do enfrentamento dos gargalos sociais presente na realidade das famílias locais. Desse modo, o desenvolvimento não se limitou apenas à produtividade econômica, mas a uma concepção de melhora social que compreendia as particularidades de um território historicamente construído e as demandas dessa sociedade.

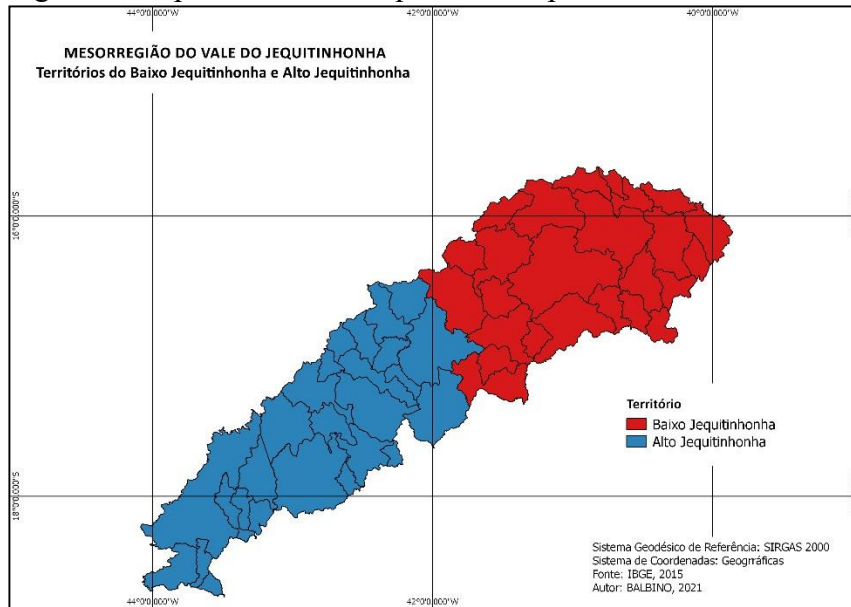
É nesse contexto que o presente artigo objetiva discutir o processo de desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha à luz da combinação entre a urbanização extensiva (Monte-Mór, 2006) e as sociabilidades historicamente constituídas pelo campesinato regional (Ribeiro, 1997), que deram formas às organizações políticas e aos arranjos institucionais promotores e potencializadores de políticas públicas na região. O arcabouço metodológico do artigo se estrutura na análise histórica, na pesquisa bibliográfica e na análise documental e descritiva de dados secundários. Organizados, esse elementos buscam elaborar uma síntese do processo de desenvolvimento em curso na região nas últimas décadas, tendo como fenômeno orientador a diversificação e a expansão das estratégias de meios de vida da agricultura familiar.

Além desta introdução, o artigo se divide em quatro partes. Na sessão seguinte, propõe-se a contextualizar a região analisada e localiza-la no debate espacial que cerca as discussões sobre o desenvolvimento. Posteriormente, se discorre sobre o processo de organização política a partir da Constituição Federal de 1988 e do afloramento de uma práxis urbana motivada pela urbanização extensiva. Na terceira parte apresentam-se as principais políticas públicas implementadas na região e que beneficiaram diretamente a reprodução da agricultura familiar e, por fim, é descrito o processo em curso a partir da diversificação dos meios de vida da agricultura familiar, o que favorece um desenvolvimento mais integrado ao meio ambiente e centrado nas pessoas.

O Vale do Jequitinhonha é rural ou urbano?

A região mineira do Vale do Jequitinhonha, localizada na fração nordeste do estado, historicamente é um espaço de grandes disputas econômicas, tendo em vista as riquezas da região. Composta por uma extensa faixa territorial, que abriga diferentes biomas, culturas e atividades econômicas, é possível falar em diferentes Vales do Jequitinhonha. Para a análise em questão, adotaremos a divisão territorial proposta por Ribeiro *et al.* (2013a) que separa a região em dois territórios, a partir de aspectos históricos, culturais e fundiários: Alto Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha, com maior destaque para alguns processos observados no primeiro território.

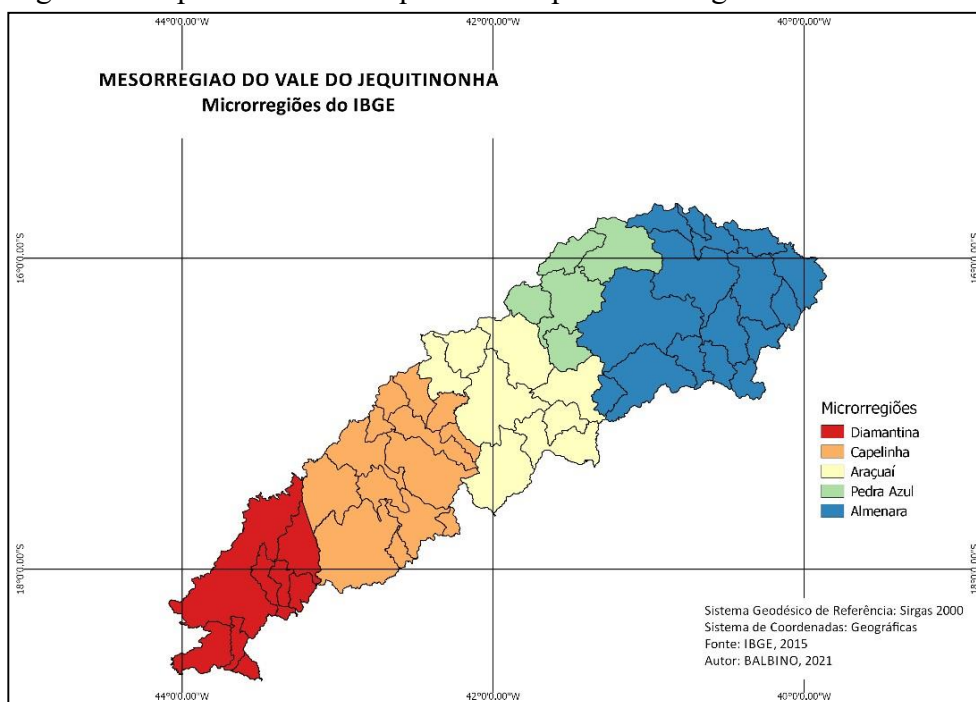
Figura 1: Mapa do Vale do Jequitinhonha por territórios



Fonte: Balbino *et al.* (2023)

Essa divisão também pode ser vista pela classificação geográfica em microrregiões feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como aponta a Figura 2, dividida entre as microrregiões de Diamantina, Capelinha e Araçuaí, em grande parte no Alto Jequitinhonha, e Pedra Azul e Almenara, que junto com alguns municípios da microrregião de Araçuaí constituem o território do Baixo Jequitinhonha.

Figura 2- Mapa do Vale do Jequitinhonha por microrregiões



Fonte: Balbino *et al.* (2023)

A área do Alto Jequitinhonha está situada na porção acima da foz do rio Araçuai, formada pelo complemento de grotas - onde ficam os sítios, casas e lavouras dos lavradores da região - e chapadas - ocupadas por eucaliptais de grandes empresas ou servindo de área comum para os camponeses. O Baixo Jequitinhonha está ao leste, na área de Mata Atlântica, formada por morros, baixadas e boqueirões, e que apesar da presença da agricultura familiar, destaca-se pela atividade da pecuária extensiva.

Uma característica marcante da região é a cultura caipira, expressa pelo perfil de pequenos municípios com forte integração entre campo e cidade. Essa realidade se observa nos dados quando percebemos a pujante presença da agricultura familiar em todo território regional, ocupando cerca de 75% dos estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário (IBGE) de 2017. Além disso, destaca-se que em 2010 o Censo Demográfico (IBGE) apontava para 40% da população ainda vivendo em áreas rurais, uma proporção mais elevada que o parâmetro estadual, em média 22,5%. Apesar de a defasagem dos dados e da possível diminuição da população habitando as moradias rurais, a integração entre campo e cidade não diminuiu, mas se transformou. Esses dados refletem uma realidade espacial muito observada no interior do Brasil, que alguns autores definem como municípios rurais, que são localidades com pequena população, intensa relação com os espaços naturais e com a presença expressiva de culturas tradicionais (Veiga, 2004).

Essa marcante característica da região tem origem ainda no século XIX, quando ao exaurir grande parte das riquezas de ouro e diamante da região, constituiu-se, entre a segunda metade do século XIX e meados do século XX, uma marcante sociedade camponesa, a partir de processos econômicos fundamentados em princípios de reciprocidade e cooperação, combinando práticas e relações familiares e comunitárias, apesar do domínio político patriomonalista e clientelista (Ribeiro, 1997)

No entanto, a partir da década de 1970, na esteira da urbanização e da industrialização que se estendia para todo o país na segunda metade do século XX, a região tornou-se palco de projetos de desenvolvimento por parte do Estado. Pairou-se sobre a região o paradigma de modernização agrícola proposto pela “Revolução Verde”, posteriormente entendida como uma modernização conservadora, que compreendia mudanças nos processos produtivos do campo, do insumo à colheita, mas acompanhadas pela concentração de renda e fundiária.

Depois de quase um século no esquecimento de pesquisadores e agentes do Estado, a extensão urbana e os interesses na exploração do território levaram muitos olhares à realidade da região. O

ponto de partida para a escolha da melhor alternativa de desenvolvimento para a região foi o diagnóstico socioeconômico elaborado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), a serviço do Governo do Estado. Resumidamente, limitados à lógica utilitarista de avaliação da época, os pesquisadores atestaram uma realidade economicamente pobre e sem o dinamismo da economia industrial e de mercado, o que legitimou a intensa chegada do Estado e das grandes empresas sob o discurso do “Vale da Miséria”. Com subsídios dos governos estadual e federal, a década de 1970 representou um marco histórico na região, que a partir dali se tornaria objeto do desenvolvimento econômico.

As mudanças da década de 1970 marcaram a integração dos mercados regionais aos nacionais e internacionais, aumentando a oferta de bens manufaturados na região, como bicicletas, rádios e alimentos processados, ao passo que reduziu a competitividade da produção de alimentos local nos mercados regionais, diante do preço dos produtos industrializados. Além disso, no Alto Jequitinhonha, a chegada de grandes empresas de eucalipto representou uma ruptura profunda com a reprodução social do campesinato. As chapadas, historicamente regidas pelo uso comum das terras, a partir da criação de gado na solta e da coleta de recursos, como lenha, frutos e raízes, foram privatizadas e tornaram-se desertos verdes de eucalipto. Como consequência, houve uma desestruturação do modo de reprodução camponês, através da supressão das estratégias de meios de vida, marcada pela limitação de áreas e escassez hídrica. Suprimiu-se diferentes regimes de uso e posse da terra, elevando os conflitos fundiários e a emigração regional, que no período marcou a região como o local que mais fornecia mão de obra para os centros econômicos da região Sudeste.

Esse processo continua presente na atualidade. Segundo os dados do Censo Agropecuário (IBGE), o percentual de estabelecimentos da agricultura patronal saltou de 15% para 25% entre 2007 e 2017, o de estabelecimentos com produção de eucalipto aumentou em 122% e a área cortada de eucalipto aumentou em 247% nas regiões de maior incidência da atividade, como a microregião de Capelinha. Além disso, destaca-se uma redução das nascentes – considerada pelos lavradores como a fonte mais pura e de maior valor para a população – nos estabelecimentos familiares, ao passo que se tem um aumento dessa fonte de recurso hídrico nos estabelecimentos patronais.

Portanto, se parte da literatura associada aos estudos rurais enxerga a região como um espaço majoritariamente rural, outra parte, vinculada aos estudos urbanos, interpreta os processos gerados pela urbanização e industrialização da década de 1970 como expressão da expansão urbana, pelo qual o tecido urbano-industrial extrapolou os limites da cidade, transformando em urbano todo o tecido social, inclusive as áreas rurais mais afastadas das cidades (Monte-Mór, 2006).

Apesar das inúmeras discussões e incompreensões por trás dos conceitos de rural e urbano, o ponto central nessa análise é compreender a contínua unidade espacial que cada vez mais se intensifica entre campo e cidade. Nesse sentido, analisar o desenvolvimento à luz da dinâmica da agricultura familiar exige compreender tanto as características derivadas de uma formação espacial camponesa quanto as consequências de uma extensão do urbano para todo o tecido social.

Assim, partindo da concepção urbana, interpreta-se a interação campo e cidade nos processos em curso no Vale do Jequitinhonha como parte de um mesmo processo dialético que abrange o espaço social como um todo. Portanto, não se confunde processos de conteúdo (urbano-rural) com formas (campo-cidade). Dessa forma, embora o rural e o campo persistam no espaço, eles são transformados e ressignificados pela difusão do urbano, sendo integrados a uma urbanização extensiva. Como escreve Limonad *et al.* (2020, p.224)

Nosso intuito é ver a cidade não apenas como um lugar exclusivo do urbano. Do mesmo modo, o campo não deve ser visto como um lugar exclusivo do rural. Trata-se igualmente de subsidiar a compreensão da emergência e natureza do urbano e do rural contemporâneos e suas relações com a cidade, o campo e o espaço natural

No entanto, a própria dialética do espaço não deve desconsiderar as transformações e ressignificações que o campo impõe à cidade e, desse modo, reproduz o espaço urbano com

fragmentos da sociabilidade rural responsável por princípios econômicos específicos na relação entre humanos, bem como relações de reciprocidade e benefício mútuo com a natureza que os cerca. Em uma região formada e com forte permanência de culturas camponesas, esses fragmentos da sociabilidade rural evidenciam-se ainda mais na extensão do tecido urbano.

Portanto, compreende-se que a realidade socioespacial do Vale do Jequitinhonha deve ser interpretada à luz das diferentes combinações que se forjam no encontro entre urbano e rural, resultando em fenômenos de persistência e transformação. Por isso, assim como a expansão do urbano-industrial carrega consigo as condições gerais de produção e reprodução da indústria, os aspectos políticos da urbanização extensiva carregam elementos voltados para a politização dos espaços da vida (Monte-Mór, 2018), que ao encontrarem e se combinarem à sociabilidade rural, caracterizadas por arranjos institucionais e princípios econômicos do cotidiano camponês (Ribeiro, 1997), potencializam o desenvolvimento de uma economia voltada para a gestão da vida. É nesse contexto que, diante do avanço das práticas modernizantes sobre a região, a população do Vale do Jequitinhonha apropriou-se da luta pela cidadania e, dotados de uma histórica experiência de luta, organizou-se politicamente para adentrar à arena institucional do Estado.

A organização política na luta por cidadania no Vale do Jequitinhonha

Os anos de 1980 representou o momento de ascensão da organização de uma camada social da região do Vale do Jequitinhonha em busca de cidadania, “rompendo com um passado autoritário, no qual a dominação das elites locais sintonizava com o quadro mais amplo da Ditadura Militar” (Ribeiro, 2010, p.191). Os lavradores que antes não possuíam voz diante das políticas impostas pelo Estado e diante da apropriação de terras por parte de grandes empresas e fazendas, passaram a se organizar junto às forças sindicais e religiosas. Diferentes arranjos institucionais passaram a constituir a organização política da região, mobilizando uma série de atores em torno do ciclo de políticas públicas. Esse processo foi fundamental para que o desenvolvimento regional da região, a partir de 1980, não se limitasse ao processo imposto pela modernização conservadora, mas abarcasse as práticas históricas desenvolvidas pelo campesinato.

O processo de organização política pode ser descrito, inicialmente, pela atuação da Igreja Católica na região, que a partir dos ideários da Teologia da Libertação atuou diretamente na luta pelos direitos dos pequenos produtores rurais. A organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) contribuiu de forma decisiva para a formação política e descentralização da participação democrática, formulando espaços de reflexão, planejamento e intervenção sobre a realidade local a partir do ponto de vista dos camponeses. Na região do Jequitinhonha, a atuação da CEBS se deu de forma diferente entre as duas grandes dioceses. Enquanto na Diocese de Araçuaí fortaleceu-se a organização das CEBs desde o início da sua organização, na Diocese de Diamantina, conduzida por um bispo membro do clero conservador e crítico às ideias progressistas da Igreja, teve forte resistência às ações das Comunidades Eclesiais, que foram colocadas em curso décadas depois (Ribeiro, 2010).

Além das CEBs, a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) foi outro forte instrumento da Igreja Católica na organização política da região, que diante dos diversos conflitos agrários surgentes, foi de extrema importância para a organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região, juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Além da atuação política, os sindicatos passaram a ser vistos pelos lavradores como instância vinculada aos assuntos relacionados à previdência social rural e à assistência à saúde, pelo fato de intermediarem as demandas dos lavradores no campo burocrático do Estado. Além disso, os lavradores envolvidos em conflitos fundiários enxergavam nos sindicatos a representação que os defenderia ou, ao menos, julgaria com justiça os litígios existentes em torno da disputa pela terra (Moura, 2019)

Outros sindicatos, movimentos, associações e comissões também começaram a mobilizar e assumir um espaço democrático de mobilização política, superando o controle das oligarquias regionais. Em 1980, foram formados os Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Madeira e Lenha nas cidades de Itamarandiba, Turmalina, Capelinha e Minas Novas. Em 1977, a Associação de Artesãos de Araçuaí se tornou a primeira associação de artesãos da região, formada por

artistas que utilizavam de barro, couro, madeira, algodão, entre outros. Em seguida, outras associações de artesãos surgiram em Berilo, Turmalina e Ponto dos Volantes (Ribeiro, 2010).

Além disso, no decorrer da privatização das terras e grandes empreendimentos na região os movimentos sociais populares passaram a fazer parte do cotidiano em conflito. As lutas pelo direito de uso e posse da terra mobilizaram lavradores, sindicatos e entidades religiosas em torno dos movimentos sociais com destaques para a organização através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que teve as primeiras atuações na ocupação de fazendas nas regiões de Minas Novas e Novo Cruzeiro, localidades que até hoje figuram como fortes referências do movimento. Em 2004, no município de Felisburgo, ocorreu um dos massacres que marcam a trajetória do Movimento, no qual cinco pessoas foram mortas e vinte ficaram feridas após um ataque criminoso de jagunços financiados pelos fazendeiros da região.

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) também tem uma importante história vinculada à região. Com a tentativa do governo mineiro de construir a Usina Hidrelétrica de Santa Rita, em 1987, que inundaria casas e terras de famílias ao longo dos rios Araçuaí e Fanado, os movimentos sociais, junto à população local, lutaram e reivindicaram por negociações coletivas de terra por terra. Sem o apoio federal, a Usina de Santa Rita não veio a ser construída, contudo, a CEMIG viria a implementar um conjunto de barragens de perenização pela região. Diante disso, o primeiro ato público dos atingidos, em 1988, reuniu cerca de 1000 pessoas em Minas Novas. O movimento popular que surgiu desse conflito foi um dos estimulantes da criação do MAB em instância nacional, que viria a ocorrer pouco tempo depois em um evento em Goiânia, além de estimular movimentos de atingidos em outras localidades da região, como em Salinas (na região Norte do estado), Jenipapo e Chapada do Norte (Ribeiro, 2010).

Esses movimentos são importantes não só para o planejamento e participação cidadã, mas também pelos diferentes conflitos que historicamente estão presentes no território. Os dados da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) (2020) mostram ocorrências de conflitos envolvendo 424 famílias da região em 2019. A média anual de famílias envolvidas em conflitos, entre os anos de 2010 a 2019, é de 270 famílias por ano, com destaque para a frequência nas cidades de Almenara, Salto da Divisa, Jequitinhonha, Novo Cruzeiro, Jordânia, Minas Novas e Itamarandiba. Esses conflitos envolvem na maioria das vezes comunidades quilombolas e assentamentos rurais, e em especial conflitos pela água e pelo uso e posse da terra.

Portanto, observa-se que as reivindicações políticas vieram de uma diversidade de frentes, como ambiental, gênero, moradia, estudantil, reforma agrária, atingidos por barragens, entre outros. Essas organizações que mobilizaram articulações descentralizadas e populares em torno de um outro desenvolvimento para a região, o que resultou em instituições e redes que hoje atuam como atores estratégicos nesse processo. Destaca-se o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), criado em 1994 a partir das atividades de doação de sementes e busca de recursos de irrigação por parte do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Turmalina. Há 30 anos o CAV atua como uma organização não governamental sem fins lucrativos, que em parceria com programas públicos alcança diversos municípios do Vale do Jequitinhonha, prestando assistência técnica direta aos agricultores familiares da região, promovendo a reprodução das práticas produtivas do campesinato regional. (Assis, 2005). Portanto, o CAV se tornou um dos principais agentes de desenvolvimento na região e é referência para famílias rurais, atuando na assistência técnica e capacitação dos agricultores em atividades agrícolas voltadas para a sustentabilidade ambiental (com a produção agroecológica, conservação dos recursos naturais, conservação de águas e nascentes e fortalecimento de sistemas agrofloretais-SAFs) e para a comercialização e geração de renda, tendo como base princípios da economia popular e solidária (Assis, 2005; Melo, 2005)

O fortalecimento dessas e outras organizações e movimentos sociais tem sido central para a consolidação dos agricultores familiares como agentes políticos envolvidos nas políticas públicas do território. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 e de 2017 apontam para um movimento ascendente de organização política na região, a partir da relação das famílias rurais com entidades de classe (sindicatos, associações e movimentos de produtores e moradores). Pelas informações da

Tabela 1 é possível observar a dinâmica do número de estabelecimentos rurais em quem membro da família é associado a alguma organização.

Tabela 1: Estabelecimentos agropecuários em que o produtor possui associação à cooperativa e/ou à entidade de classe, em termos percentuais e absolutos, por território emicrorregião do Vale do Jequitinhonha, 2006 e 2017.

Territórios e Microrregiões	Associados		Não Associados	
	2006	2017	2006	2017
Alto Jequitinhonha	45,1% (13158)	58,9% (13155)	54,88% (16005)	41,14% (9195)
Baixo Jequitinhonha	37,86% (7495)	53,98% (9014)	62,13% (12298)	46% (7683)

Fonte: Censo Agropecuário, 2006 e 2007 (IBGE)

No Vale do Jequitinhonha, em 2017, 56,78% dos estabelecimentos da agricultura familiar possuíam produtor associado a algum sindicato, associação ou cooperativa, sendo esse valor um aumento de 34% no percentual observado em relação a 2006, e um aumento absoluto de quase 2000 estabelecimentos, variação destacada pela dinâmica no Baixo Jequitinhonha.

Portanto, a organização da luta diante das imposições institucionais do Estado pode ser interpretada como característica da expansão do tecido urbano sobre a realidade rural da região. Isso quer dizer que o modo de organização política pela cidadania da população rural se revestiu dos atributos instituídos pela dinâmica política da vida urbana (Monte-Mór, 2006). Esse processo é importante por aumentar a força dos grupos populares diante das relações de poder que incidem no território, o que garante maior representatividade para a promoção de políticas de desenvolvimento a partir da expansão de seus meios de vida. Desse modo, fortaleceu-se um paradigma de desenvolvimento a partir das famílias rurais, das associações de moradores e produtores e dos sindicatos, o que reverberou na luta por políticas públicas para a agricultura familiar, diferente do que foi implementado pela modernização agrícola nos anos de 1970.

As políticas públicas que alcançaram a agricultura familiar

Com a Constituição Brasileira de 1988, as políticas públicas deram mais espaço para ações de inclusão e assistência social à população privada dessas políticas. As mobilizações populares no final do século XX geraram resultados diretos na institucionalização de políticas públicas que incidiram positivamente sobre os meios de vida das famílias rurais da região. A diversidade de programas de desenvolvimento rural cresceu, a partir dos anos de 1990, tendo por um lado a persistência dos programas de modernização da agricultura, mas, por outro, a intensificação dos programas específicos para a agricultura familiar e a inovação de políticas em gestão participativa (Ribeiro *et al.* 2007; 2013a). O Quadro 1 foi construído a partir da análise feita por Ribeiro *et al.* (2013a) e procura mostrar um resumo das políticas empenhadas a partir dos anos 1980 até meados de 2016 no Vale do Jequitinhonha.

Quadro 1 - Políticas sobre o meio rural do Vale do Jequitinhonha de 1980 a 2016

	Programas de “modernização”	Programas específicos para a Agricultura Familiar: renda, infraestrutura e mercados	Programas de Gestão Compartilhada

Entes e organizações executoras	Governo do Estado de Minas Gerais	Governo Federal e Governo do Estado de Minas Gerais (sob coordenação da Emater ou da Secretaria Estadual do Trabalho)	Setor Público (Governo Federal, Estadual e Municipal), e organizações da sociedade civil (sindicatos, associações, ONGs, etc.).
Objetivos	-Criar empregos temporários -Elevar a produtividade agrícola -Explorar intensivamente os recursos naturais	-Melhorar infraestrutura comunitária e assistência social -Garantia de renda mínima -Estimular a produção agrícola de pequenos produtores	- Compatibilizar participação e captação de demandas locais no planejamento de políticas públicas
Meios	- Financiamento e subsídio para a mineração, reflorestamento e grandes barragens.	- Aposentadorias e pensões - Pronaf -Transferências direta de renda (vale gás e, depois, Bolsa Família) - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Programa Luz para Todos. - Programa Água para Todos	-Programas de Desenvolvimento Territorial (Territórios Rurais e Territórios da Cidadania) -Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (Consad)

Fonte: Elaboração própria a partir de Ribeiro *et al.* (2013a)

Os impactos dessas políticas, ao longo do fim do século XX e início do século XXI, se deram de diversas formas. As políticas de modernização passaram a ser lideradas pelo governo mineiro por meio do financiamento do reflorestamento, da mineração e construção de grandes barragens, e não mais pelos subsídios que marcaram essas políticas nos anos de 1970. O aumento da produtividade e a exploração intensiva dos recursos naturais continuaram sendo a perspectiva orientadora das políticas. O método de aplicação das políticas se manteve o mesmo, condicionando aos mesmos resultados observados anteriormente, com a renda concentrada em grandes empresas, empregos temporários e deterioração ambiental, além de ser sensível a variação dos preços do setor. Dentre os resultados que beneficiaram a atividade de produção familiar, pode-se pontuar alguns fatos, como a melhoria da técnica entre os pequenos produtores e o maior rendimento e produtividade adquiridos por algumas ferramentas de trabalho.

Contudo, destaca-se que as políticas de desenvolvimento rural focalizadas na agricultura familiar foram as que maior impacto gerou no território, seja pelos investimentos em infraestrutura, pelas transferências de renda, pela criação de novos mercados institucionais ou pela descentralização da implementação e execução das políticas públicas, tendo em vista que foram fundamentais para expansão e diversificação dos meios de vida das famílias rurais (Balbino *et al.*, 2023).

Um dos primeiros apontamentos a aproximar as políticas públicas dos meios de vida dos agricultores se deu pela dimensão financeira, na segunda metade do século XX e mais intensamente a partir da década de 1990, tanto pela facilitação de crédito para a agricultura familiar quanto pela transferência direta e indireta de renda. Tais políticas buscaram estimular a produção em estabelecimentos familiares e causaram mudanças significativas às classes de pequenos e médios agricultores.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, foi o primeiro programa focalizado no perfil de pequenos produtores, sendo a origem da definição da categoria de agricultura familiar (Grisa *et al.*, 2014). A política teve como eixo básico o financiamento da infraestrutura de municípios, a concessão de crédito rural e a capacitação de agricultores familiares - sendo essa uma resposta às antigas demandas da CONTAG. O Programa apresentava características de descentralização, por meio da gestão municipal e pela participação dos beneficiários como co-

gestores, com decisões via Conselhos Municipais de Desenvolvimento Territorial (CMDR). No Vale do Jequitinhonha, a presença do programa se deu com maior ênfase a partir de 2003, com forte atuação da Emater.

A política de crédito subsidiado contribuiu para o aumento da produção agrícola dos lavradores da região, dando condições para que pequenos produtores conseguissem capital de investimento para a produção, permitindo a compra de bombas de irrigação, encanamento, sementes e animais para a criação. No entanto, as ações do Programa foram orientadas por um referencial setorial que entendiam o rural apenas como um setor da economia que tinha na agricultura sua principal atividade, fazendo com que os objetivos se pautassem no simples aumento da capacidade produtiva dos agricultores familiares (Grisa *et al.*, 2014)

As políticas de transferência direta de renda são vistas como uma segunda geração de políticas para agricultura familiar (Grisa *et al.* 2014), tendo impactado diretamente a dimensão financeira dos agricultores familiares, sendo de grande instrumento para a diminuição da pobreza monetária na região. A partir da internacionalização dos mercados promovida a partir de 1970 e da crescente dependência de alimentos e outros produtos manufaturados, a aposentadoria rural, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família foram fundamentais para a redução da pobreza monetária na região.

Apesar da aposentadoria rural ser uma luta e uma conquista antiga das organizações trabalhistas, elas foram estendidas a partir da universalização dos direitos previdenciários, em 1990, podendo ser entendida como a primeira política pública de Estado que atingiu diretamente os pequenos produtores rurais. Além de todos benefícios consequentes de uma política de transferência direta de renda para a população pobre, como aumento do consumo e consequente fortalecimento do comércio e da economia local, essas políticas tiveram uma singularidade na região devido à regularidade da renda, o que diminuiu a vulnerabilidade em períodos de baixa produção, como na seca. Além disso, o Bolsa Família expandiu capacidades que vão além do acesso à renda, garantindo maior autonomia e menor submissão das mulheres receptoras do dinheiro do programa e maior integração das crianças e adolescentes ao sistema público de educação (Rego *et al.*, 2014).

As políticas de infraestrutura também foram fundamentais para a agricultura familiar da região, especialmente de expansão da rede elétrica e do acesso à água. Destacam-se as políticas voltadas para o fornecimento de água, que recentemente têm sido foco de muitos estudos na região. Um marco dessas políticas é o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que para além do objetivo principal de solucionar a carência de água, trabalhou em prol de uma perspectiva de convivência sustentável com a natureza, capacitando, mobilizando e fortalecendo as ações dos agricultores no cuidado com a terra. Em 2011, o governo federal instituiu o Programa Água para Todos, que passou a desempenhar as atividades relacionadas à disponibilização de cisternas, fazendo com que a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) se concentrasse em atividades de fortalecimento da sociedade civil e da perspectiva de convivência com o semiárido.

Já as políticas de criação de mercados institucionais vigoram atualmente como uma das principais contribuições para a reprodução da agricultura familiar. Segundo Grisa *et al.* (xxxx), elas representam uma terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, baseadas em um referencial pautado na construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Tanto o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são importantes instrumentos reponsáveis pelo encurtamento e territorialização dos sistemas alimentares, promovendo desde a perenidade da demanda para o produtor, como do consumo de alimentos saudáveis para crianças, equipamentos públicos e famílias de baixa renda. Para os agricultores familiares, em específico, assim como o Bolsa Família, os programas são importantes por garantirem um preço e uma quantidade mínima de venda dos produtos, que também são escoados para as feiras livres e mercados locais.

Os programas de gestão compartilhada, focados na descentralização das políticas públicas e da participação cidadã, também desempenharam importante mudança na região e buscaram servir de espaço político para o desenvolvimento rural. Inicialmente, esses programas fundamentaram-se em uma territorialização a partir de municípios com menores IDH e baixo dinamismo econômico; maior

concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior organização social; pelo menos um território por Unidade Federativa (Ortega, 2008). A proposta de uma nova territorialização visava promover um desenvolvimento sustentável com base em identidades regionais. Tendo em vista a diversidade regional brasileira, a delimitação em territórios zona superava a escala municipal, considerada muito restrita para o planejamento do desenvolvimento, e também a escala estadual, considerada muito ampla para dar conta das heterogeneidades presentes no tecido regional do país.

Inicialmente formulados como Territórios Rurais e depois ajustados para Territórios da Cidadania, a territorialização proposta pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) buscou superar a perspectiva setorial atrelada ao meio rural, buscando identificá-lo como um espaço socialmente construído, que necessitava da articulação de dimensões sociocultural, política, institucional, econômica e ambiental para a promoção de um desenvolvimento sustentável. Nesse âmbito, a valorização dos atores sociais foi uma diretriz estimulada pela política, que tinha na descentralização do planejamento o meio para englobar todas as representatividades sociais de cada território. Os conselhos territoriais se tornaram a grande herança deixada pela política territorial, com destaque para os Conselhos Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CRSAN), o que tornou a questão alimentar um problema debatido regionalmente, com o envolvimento direto dos atores locais no diagnóstico do problema e na promoção de alternativas.

Estratégias de reprodução da agricultura familiar na centralidade do desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha: uma economia voltada para a gestão da vida

Inicialmente, é importante mencionar que o artigo não se propõe a uma avaliação de impactos de políticas públicas, o que requer a utilização de métodos apropriados e o refinamento do objeto de pesquisa. Diante do que tem sido exposto, o objetivo do estudo é interpretar a realidade do Vale do Jequitinhonha a partir dos processos em curso, considerando a existência de dois grandes paradigmas em disputa, mas com foco no desenvolvimento promovido pela reprodução das economias da agricultura familiar.

Para tanto, é importante salientar que as bases desse processo se diferenciam do paradigma tradicional de crescimento econômico e da industrialização, mas entende o desenvolvimento como um processo de expansão dos meios de vida, isto é, dos meios materiais que garantem a qualidade de vida da população (Balbino *et al.*, 2023). Essa perspectiva confronta as realidades em disputa, pois, de um lado a modernização conservadora suprimiu e padronizou os meios de vida da população rural – geralmente reduzindo-os à venda da força de trabalho no mercado –, por outro, a organização política e as políticas públicas contribuíram para um processo de expansão e diversificação desses meios. Atualmente essa perspectiva é pertinente pois as discussões sobre o desenvolvimento não mais se desvinculam da realidade da crise climática em curso e da necessidade de alternativas econômicas sustentáveis para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A análise dos processos de desenvolvimento em curso nos condiciona a colocar as pessoas e a natureza no centro dos processos econômicos, o que confere ao desenvolvimento orientado pelas famílias rurais do Vale do Jequitinhonha uma oportunidade concreta.

É possível observar que as estratégias de meios de vida da agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha se dão a partir da produção, consumo e comercialização de produtos agrícolas, seja *in natura* ou beneficiados, e não agrícolas, como o artesanato. Além disso, destacam-se as rendas e mercados instituídos por políticas públicas, bem como práticas comunitárias historicamente instituídas na região e que são fundamentais para a satisfação das necessidades materiais. Esse conjunto de práticas combinam-se e se fortalecem a partir do encontro entre os atributos urbanos e as sociabilidades rurais que se integram nos espaços social, político e econômico do Vale do Jequitinhonha.

As práticas mencionadas configuram estratégias marcadas pela diversificação dos meios de vida, o que é observado com ênfase nas últimas décadas, como observa-se pelos dados do Censo Agropecuário. Como aponta a Tabela 2, entre 2006 e 2017 o portfólio das rendas obtidas pela produção dos estabelecimentos da agricultura familiar modificou-se no período. No território do Alto

Jequitinhonha, destaca-se a relativa redução da renda proveniente da produção vegetal e o aumento relativo da renda oriunda da produção da agroindústria domiciliar, com destaque para a dinâmica observada nas microrregiões de Diamantina e Capelinha. Esse fenômeno pode ser compreendido como resultado da maior participação de produtos beneficiados na comercialização da agricultura familiar, que intensificou a venda de derivados da mandioca, do milho, da cana, do leite e de outros produtos beneficiados na região, como farinhas, queijo, requeijão, rapadura e doces, panificados e outros para os mercados regionais. Em Ribeiro (2019) é possível observar o importante papel histórico e contemporâneo da industrial rural na reprodução da agricultura familiar regional.

Por sua vez, no Baixo Jequitinhonha, percebe-se um processo de redução relativa da produção vegetal e concentração da produção animal, motivado principalmente pela produção pecuária, principal atividade econômica das regiões do território. Esse fenômeno decorre de externalidades promovidas pela pecuária extensiva, que diante das condições de produção gerada por um setor em alta, facilita a atração de agricultores familiares para a atividade. Na esteira desse processo, percebe-se também um aumento da participação da agroindústria familiar, em especial na microrregião de Pedra Azul, o que é motivado pelo beneficiamento dos produtos lácteos. Por fim, vale destacar o aumento da participação de outras atividades não-agrícolas no portfólio de renda produtiva das famílias, o que decorre do artesanato, dos serviços de turismo rural e da prestação de serviços para terceiros.

Tabela 2: Composição percentual das rendas da agricultura familiar oriundas de dentro do estabelecimento, por territórios e microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2006 e 2017, em termos percentuais (%)

Territórios e Microrregiões	Produção Vegetal		Produção Animal		Produção da Agroindústria		Outras Atividades	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Alto Jequitinhonha	54,40	29,54	31,02	46,89	12,64	21,53	1,94	2,23
Baixo Jequitinhonha	45,86	8,72	34,69	73,41	18,13	14,00	1,32	3,87
Diamantina	24,66	37,09	65,12	37,43	7,68	21,81	2,53	3,66
Capelinha	59,34	38,19	26,15	40,90	13,09	19,81	1,42	1,10
Araçuaí	36,69	13,14	31,19	61,37	29,35	22,60	2,77	2,89
Pedra Azul	46,65	13,09	37,62	60,88	11,23	20,97	4,50	5,05
Almenara	49,35	7,96	39,93	76,10	9,79	11,02	0,92	4,91

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 e 2017 (IBGE)

Outra característica associada a produção de alimentos dos agricultores locais é a estratégia de autoconsumo, que erroneamente associa-se com a pobreza, mas, na verdade, é uma prática que associada à diversificação proveniente de outras rendas é fundamental para a garantia do sustento das famílias em períodos de crise e escassez. Observa-se que é uma prática costumeira da agricultura regional em adequar-se ao ciclo da produção de lavoura nas águas e o beneficiamento de produtos na seca, configurando a garantia de alimentos adaptados à sazonalidade das culturas (Ribeiro *et al.*, 2014).

Os dados do Censo Agropecuário corroboram a análise qualitativa feita por Ribeiro *et al.* (2014) quanto à prática do autoconsumo, especialmente quando observamos as lavouras temporárias, como mandioca e milho. Analisando os dados acerca da produção de lavoura temporária, as atividades abrangem 75,5% dos estabelecimentos familiares da região, sendo que no Alto Jequitinhonha a produção está presente em 84,2% dos estabelecimentos. Contudo, cerca de 90% dessa produção não se volta para a comercialização, mas sim para o beneficiamento ou o consumo direto das famílias e dos animais, apontando para uma estratégia de reprodução que não vinculada ao mercado.

Por outro lado, produtos da horticultura e da agroindústria são voltados em sua maioria para a comercialização, tanto no Alto como no Baixo Jequitinhonha, destacando as diferentes finalidades por trás da produção da agricultura familiar. Além dos mercados institucionais, como PAA e PNAE, as feiras livres representam importantes circuitos de comercialização da região, sendo espaços de venda, consumo e troca, circulação de “pessoas e culturas, lugares de encontro social e negociação política”, presentes em todos os municípios do Vale do Jequitinhonha (Ribeiro *et al.*, 2013b, p.130). As feiras são “retratos dessas sociedades rurais”, representando uma das principais atividades econômicas da região, atendendo, em alguns municípios, de 50% a 100% da população urbana (*ibidem*). Esses espaços, além de prover um abastecimento urbano com alimentos de qualidade e em quantidade, são responsáveis por um expressivo dinamismo econômico que, segundo estimativas de Cruz *et al.* (2022), chegou a cerca de 36,48% do PIB da agropecuária do Vale do Jequitinhonha na última década.

Outro indicativo das estratégias de diversificação dos meios de vida da agricultura familiar é observado quando analisamos a origem das rendas dos estabelecimentos, como na Tabela 3. Analisando o portfólio de renda das famílias rurais ao longo da década analisada, nota-se um aumento de estabelecimentos recebendo recursos financeiros, seja de origem interna ou externa, mesmo que em termos gerais a quantidade total de estabelecimentos tenha apresentado uma queda em algumas partes da região. Segundo a última pesquisa censitária, 69,5% dos estabelecimentos familiares geraram receitas a partir da produção vegetal, animal, agroindústria ou artesanato, enquanto 80% obtiveram a renda a partir de Bolsa Família, aposentadoria rural, trabalho realizado fora do estabelecimento, entre outras fontes externas. Assim, a principal dinâmica observada entre 2006 e 2017 é a maior participação das rendas externas no portfólio das famílias, que passa a ser relativamente superior em 2017, jogando luz ao processo de diversificação das estratégias familiares.

Tabela 3: Número de estabelecimentos da agricultura familiar segundo origem da receita, valor da receita, por territórios e microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2006 e 2017

Territórios e Microrregiões	Estab. com Receitas Internas		Valor da Receita Interna por Estab. (R\$)*		Valor da Receita Interna por Salário Mínimo		Estab. com Receitas Externas		Valor da Receita Externa Por Estab. (R\$)		Valor da Receita por Salário Mínimo	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Alto Jeq.	12998	15341	426,7	871,8	1,22	0,93	13651	18369	304,4	1151,3	0,87	1,23
Baixo Jeq.	8767	11801	499,5	891,1	1,43	0,95	7393	13027	343,8	1055,6	0,98	1,13
Diamantina	1581	1543	160,6	981,6	0,46	1,05	1339	2057	328,2	1315,5	0,94	1,40
Capelinha	7785	9884	512,8	1002,4	1,47	1,07	8232	11324	303,9	1130,1	0,87	1,21
Araçuaí	6308	6778	351,6	715,6	1,00	0,76	7161	8607	307,2	1100,5	0,88	1,17
Pedra Azul	1801	2357	414,5	833,7	1,18	0,89	1845	3366	352,6	1170,9	1,01	1,25
Almenara	4290	6580	633,0	1179,1	1,81	1,26	2467	6042	367,4	1134,7	1,05	1,21

*Salário mínimo em 2006 e 2017: R\$350,00 e R\$937,00

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 e 2017

Dois fenômenos ajudam a entender essa dinâmica. Primeiramente, percebe-se um processo de envelhecimento no meio rural e de universalização das aposentadorias rurais, tornando-a atualmente uma das principais indutoras do dinamismo mercantil na região. Como indica a Tabela 4, as rendas obtidas por pensões e aposentadorias aumentaram a participação entre os recebimentos externos dos estabelecimentos, alcançando cerca de 80% desse portfólio. Além disso, observa-se um

aumento absoluto dos beneficiários do Bolsa Família ao longo do período, o que também incorpora o portfólio de rendas obtidas externamente.

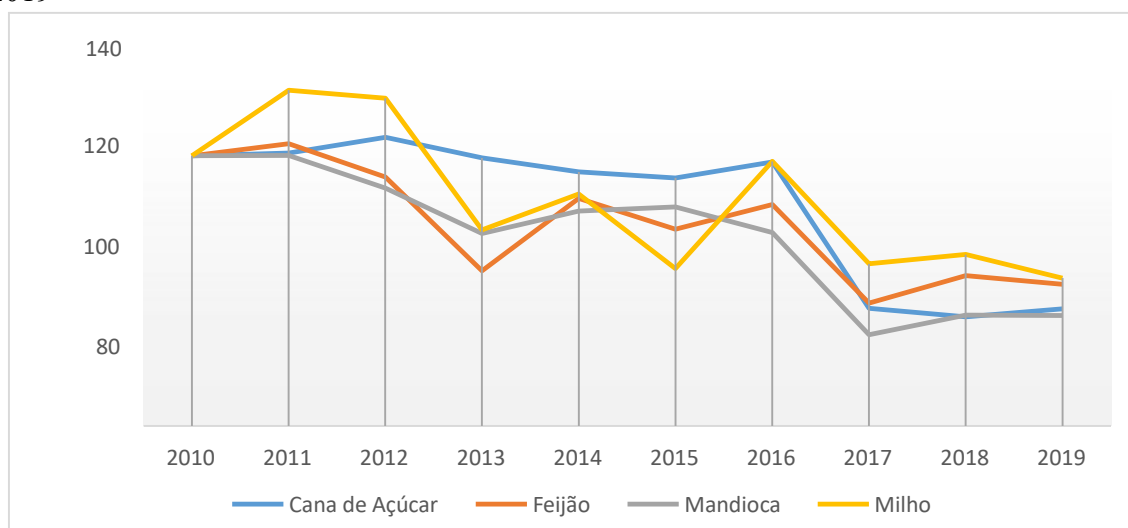
Tabela 4: Origem das receitas oriundas de fora dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar por territórios e microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2006 e 2017, em termos percentuais (%)

Territórios e Microrregiões	Recursos de aposentadorias ou pensões (%)		Rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento (%)		Programas dos Governos (federal, estadual ou municipal) (%)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Alto Jeq.	73,77	83,72	16,68	6,12	7,73	4,11
Baixo Jeq.	72,35	81,50	17,52	4,25	8,09	4,24
Diamantina	77,56	92,41	13,62	5,40	7,89	2,00
Capelinha	71,91	85,74	17,93	9,73	7,76	4,00
Araçuaí	75,17	88,70	14,81	4,70	8,90	6,26
Pedra Azul	73,66	88,72	16,50	4,14	7,55	6,07
Almenara	69,74	88,77	23,23	6,75	5,87	4,29

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 e 2017

Além disso, outro fator de extrema relevância é a seca observada na região entre 2012 e 2019, o que reduziu consideravelmente a área plantada na região e a quantidade de alimentos produzidos. Analisando dados da produção de importantes culturas para a agricultura da região, como cana de açúcar, feijão, mandioca e milho, é possível observar a queda ocorrida no período, como indica os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) expostos no Gráfico 1, o que certamente contribuiu para a redução da renda oriunda da produção interna dos estabelecimentos.

Gráfico 1: Quantidade produzida de cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho nos estabelecimentos rurais do Vale do Jequitinhonha, em termos percentuais, 2010 a 2019



Fonte: Balbino *et al.* (2023)

Contudo, apesar dos impactos no portfólio de renda das famílias, gerando maior participação das rendas oriundas de programas públicos, a intensa seca observada na região manifestou-se como uma “seca gorda” (Ribeiro *et al.*, 2024), o que permitiu observar como o processo de diversificação e expansão dos meios de vida das famílias rurais tem promovido um desenvolvimento orientado pelo sustento e pela resiliência do campesinato regional. Durante uma das secas mais intensas já

observadas na região e em todo o semiárido brasileiro, observou-se um fenômeno distinto do que historicamente se observava diante desse fenômeno climático: não houve um esvaziamento populacional do campo (Silva *et al.*, 2020; Mattos *et al.*, 2020; Aquino *et al.*, 2020).

As consequências da precipitação pluviométrica foram várias, como a redução das fontes de água, a dificuldade da irrigação da agricultura e da criação animal, a diminuição da oferta de alimentos para os núcleos urbanos, entre outros. No entanto, o que estudos recentes sobre o fenômeno têm demonstrado é uma consequência distinta do que era historicamente observado na região: dessa vez não se verificou o esvaziamento de áreas rurais, como se observou nas grandes secas do passado (Aquino *et al.*, 2020; Mattos *et al.*, 2020). Como menciona Silva *et al.* (2020), nas entrevistas de campo não se teve nenhum relato sobre pessoas que tiveram que deixar suas terras em decorrência da seca, ao contrário, as famílias rurais asseguraram que era possível viver com pouca água e criar estratégias para sobreviver ao período crítico.

Diferentes motivos ajudam a compreender a resiliência das famílias rurais na última seca. Mattos *et al.* (2020) apontam para uma nova concepção para lidar com a seca da região, construída a mais de duas décadas, a partir de princípios de políticas públicas voltadas para a “convivência com o semiárido”, não somente para o “combate à seca”. Aquino *et al.* (2020) destacam que as pluriatividades, potencializadas pelo crescente acesso aos meios de transporte e comunicação pelas famílias rurais, aumentou a participação de rendas não agrícolas derivadas da maior inserção nas áreas urbanas da região.

No caso do Vale do Jequitinhonha, Silva *et al.* (2020) argumentam que agricultores e organizações públicas se mobilizaram e com a aplicação de um conjunto de inovações técnicas e institucionais, como a territorialização das políticas de desenvolvimento rural, asseguraram água para a população rural. Desse modo, foi possível amenizar os impactos socioeconômicos da seca e reduzir o clientelismo histórico combinado ao fenômeno. Segundo Ribeiro *et al.* (2024), pelo menos três novidades podem ser observadas nas estratégias das famílias rurais da região: a persistência do autoconsumo; a diversificação das possibilidades de ocupação e renda promovida pela união entre programas públicos e as soluções tradicionais de solidariedade vicinal, gestão de comuns e técnicas costumeiras; e a expansão das fontes de renda oriundas de programas públicos, que permitiram custear idosos e crianças e ocupar adultos em serviços não-agrícolas da própria comunidade, como diaristas, mecânicos e professores. Desse modo, percebe-se que as economias camponesas do Vale do Jequitinhonha fundamentam-se em estratégias diversificadas dos meios de vida. Adaptando-se às situações de momento, essa população apresenta capacidade de inovação e resiliência, otimizando os impactos das políticas públicas a partir de ações territorialmente organizadas.

Considerações finais

Portanto, nota-se que as dinâmicas regionais ao longo das primeiras décadas do século XXI indicam um novo processo de desenvolvimento regional em curso no Vale do Jequitinhonha. As novas formas de convivência com as características ambientais da região, a compreensão de uma gestão do espaço da vida que se dá em coparticipação com a natureza - estimulando práticas de agricultura adaptadas e novas formas de captação de água-, as rendas não agrícolas oriundas dos programas de crédito e transferência de renda, e das pluriatividades, da democratização dos meios de transporte e comunicação, além da autonomia política gerada pela capilaridade das ações da sociedade civil, são marcas dessa realidade que se consolida no Vale do Jequitinhonha. Assim, a diversificação das estratégias de meios de vida como processo de desenvolvimento tem em seu fim a melhora na qualidade de vida da população local e a oportunidade de reprodução sustentada por aspectos culturais.

Esse fenômeno pode ser compreendido como resultado das transformações socioespaciais das últimas décadas. Se em um primeiro momento, diante do processo de urbanização, a população rural foi condicionada a expropriação das terras e à venda da força de trabalho no mercado, posteriormente essa população apropriou-se das possibilidades criadas pela urbanização extensiva e incorporou em suas estratégias de sobrevivência a diversificação. O acesso frequente a políticas públicas e espaços

decisórios, aos meios de transporte e à comunicação permite que a população permaneça no campo, de modo que suas novas e diversificadas estratégias garantam a reprodução.

O processo de desenvolvimento observado é de extrema importância para o futuro a ser construído na região, colocando-se como alternativa concreta e viável ao desenvolvimento proposto desde os anos 1970 pelo paradigma da modernização. Diante da intensa seca do período, percebe-se que a reprodução das práticas da agricultura familiar apresenta importantes características para a criação de soluções de adaptação e mitigação climática, que passam pela proteção das nascentes e gestão da água, produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, criação de circuitos curtos de comercialização e manutenção da biodiversidade regional.

Portanto, partindo da concepção da continuidade da urbanização extensiva e da hegemonia socioespacial que caminha para um urbano-natural que se estende sobre o urbano-industrial, o desenvolvimento regional orientado pela agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha carrega uma característica marcada pela combinação da práxis urbana e os princípios econômicos e arranjos institucionais tradicionalmente constituídos pelo campesinato regional. Fomenta-se o desenvolvimento enraizado em aspectos holísticos, em que as preocupações para com a reprodução da vida ampliada encontram na natureza estratégias de vida que fogem parcialmente ou completamente da estratégia individualizada da economia de mercado e da indústria. Tal processo, iniciado nos pequenos municípios e no modo de vida camponês, se coloca como uma das frentes para o enfrentamento às emergências climáticas e as estratégias de adaptação e mitigação que precisam chegar até as metrópoles.

Referências

AQUINO, J.R.; NASCIMENTO, C.A. A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no nordeste do Brasil. **Revista de Economia do Nordeste**, Fortaleza, v.51, n.2, p.81-97, 2020.

ASSIS, T.R. **Agricultura Familiar e Gestão Social: ONGs, poder público e participação na construção do desenvolvimento rural**. Dissertação (Mestrado em Administração) UFLA, Lavras, Minas Gerais, 2005

BALBINO, T. F., RIBEIRO, E. M., & SHIKI, S. F. N. (2023). A dinâmica da agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha mineiro e aspectos contemporâneos: uma análise a partir dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(4), e258921. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2022.258921>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil 2019**. Centro de Comunicação Tomás Balduino: coordenação, Antonio Canuto, Cassia Regina da Luz e Paulo César Moreira dos Santos – Goiânia: CPT Nacional, 2020. 247.p.

CRUZ, M.S.; RIBEIRO, E.M; PERONDI, M.A.; ARAUJO, A.M.; MALTEZ, M.A.P.F. (2022) Comprando qualidade: consumo, gosto e reciprocidade nas feiras do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(spe), e245926. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245926>

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** 52 (suppl 1). <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LIMONAD, E.; MONTE-MÓR, R. L. O rural e o urbano em uma era de urbanização generalizada. In: MAIA, D. S.; RODRIGUES, A. M.; SILVA, W. R. (Org.). **Expansão urbana: despossessão, conflitos, diversidade na produção e consumo do espaço**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020. p. 222-253.

MATTOS, L.C.; MAY, P. Duas secas climaticamente análogas no semiárido nordestino com impactos sociais distintos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, v.55, 2020.

MELO, A.P.G. **Agricultura Familiar e Economia Solidária**: As experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do Estado de Minas Gerais. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFLA, Lavras, 2005.

MONTE-MÓR, R.L. M. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Cedeplar, UFMG, 2006. (**Texto para Discussão, 281**).

MONTE-MÓR, R. L. Utopias urbanas e outras economias. In: VIEGAS, M.; ALBUQUERQUE, E. (Org.). **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. [S.l.]: Cedeplar/Face/UFMG, 2018. Ebook.

MOURA, M.M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais (1983). 2ª edição. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

ORTEGA, A.C. **Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Editora Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

REGO, W. L.; PINZANI A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIBEIRO, E.M. **As estradas da vida**: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha. 1997. Tese (Doutorado em História) - IFCH/Unicamp, Campinas, 1997.

RIBEIRO, E.M; GALIZONI, F.M; SILVESTRE, L.H; CALIXTO, J.S; ASSIS, T. de P.; AYRES, E.B. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 1075-1102, out/dez 2007.

RIBEIRO, E.M; GALIZONI, F.M. Jequitinhonha: Terra, lavoura e migração no Alto Jequitinhonha. In RIBEIRO, E.M (org). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013a. P. 25-44.

RIBEIRO, E.M; ARAÚJO, D.P; FREITAS, C.S; GALIZONI, F.M; AYRES, E.B; SILVESTRE, L.H. As Feiras Livres do Jequitinhonha. In: RIBEIRO, E.M (org). **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013b. P. 127-149.

RIBEIRO, E. M; GALIZONI, F.M.; MOREIRA, T.M.B; AYRES, E.B. Da fraqueza à força: produção de autoconsumo e uso de programas públicos por agricultores do Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas**, v. 11, n. 2, 2014

RIBEIRO, E.M (org.). **Do engenho à mesa: cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

RIBEIRO, E. M., GALIZONI, F. M., CRUZ, G. C., & SILVA, K. A. (2024). Agricultura familiar e programas de abastecimento de água no gerais do Alto-Médio rio São Francisco, Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(4), e274867. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.274867>

RIBEIRO, R.F. O Rio não corre para o mar: Os Movimentos Sociais e as Lutas Populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In SOUZA, J.V; HENRIQUES, M.S (orgs). **Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010. P.189-208.

SILVA, J. L., RIBEIRO, E. M., LIMA V. M. P., & HELLER, L. (2020). As secas no Jequitinhonha: demandas, técnicas e custos do abastecimento no semiárido de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 22, <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202013>

VEIGA, J.E. da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, 2004, p. 71-94